



Notários: Trabalhadores criam sindicato para enfrentar problemas que poderão surgir com medida governamental

31 de Janeiro de 2008, 20:46

Lisboa, 31 Jan (Lusa) - Um grupo de trabalhadores dos Cartórios Notariais vai constituir no próximo sábado um sindicato, para enfrentar os problemas que poderão surgir com a proposta governamental de extinguir a obrigatoriedade de escritura pública nas transacções imobiliárias.

Maurício Rodrigues, promotor do novo sindicato e candidato a presidente da direcção, adiantou hoje à Agência Lusa que as medidas de desformalização dos actos permite que outros operadores (advogados e solicitadores) façam também o trabalho que até agora pertencia exclusivamente aos notários.

Na opinião do candidato a presidente da Associação Sindical dos Técnicos de Notariado (nome proposto), esta medida vai criar uma redução dos actos efectuados nos notários, o que irá resultar "nuns quantos despedimentos" no actual quadro de mais de um milhar de profissionais.

Maurício Rodrigues sublinhou que um dos objectivos mais urgentes do sindicato é a "defesa dos direitos dos trabalhadores do Notariado", que poderão ser afectados pelo projecto do Governo.

"A ofensiva que o Ministério da Justiça vem empreendendo contra o Notariado em Portugal tem vindo a preocupar crescentemente os trabalhadores dos Cartórios", considerou Maurício Rodrigues.

Os projectos para o novo sindicato contemplam uma reclassificação das carreiras, com a criação e a certificação da carreira de técnico de notariado, disse Maurício Rodrigues, acrescentando que vão propor à Ordem dos Notários a celebração de um protocolo para que os novos elementos que entrem para a profissão sejam recrutados através dos cursos que vão certificar.

Assim, os notários que quiserem recrutar novos elementos recorreriam a esta espécie de "bolsa de técnicos de Notariado".

O candidato a presidente pretende também proporcionar uma reciclagem aos técnicos de Notariado que queiram actualizar os seus conhecimentos.

Maurício Rodrigues explicou à Lusa que sábado será proposto e votado o nome de Associação Sindical dos Técnicos de Notariado, que depois terá de ser certificado pelo Registo Nacional de Pessoas Colectivas.

Na mesma reunião será também aprovada a constituição do sindicato, tendo sido convocados para a assembleia a realizar num hotel junto ao Parque das Nações todos os trabalhadores dos notários do país.

Na reunião podem aparecer outras listas concorrentes à encabeçada por Maurício Rodrigues, decorrendo uma eleição para eleger a direcção do sindicato.

A assembleia de sábado tem como pontos de trabalho a discussão e definição da estratégia e das grandes linhas de actuação da associação a constituir, bem como a discussão e a aprovação dos respectivos estatutos.

De acordo com Maurício Rodrigues, actualmente os trabalhadores dos Cartórios Notariais ultrapassam já o milhar, mas quando, dentro em breve, estiverem instalados os 540 Cartórios Notariais que a Lei prevê para todo o território nacional, os respectivos trabalhadores rondarão os dois milhares.

Uma parte importante destes trabalhadores é oriunda do funcionalismo público, tendo optado pelo Notariado Privado aquando das "promessas" do Governo para o sector, referiu o candidato, sublinhando que os oriundos da Função Pública terão legalmente direito de regressar ao Estado, enquanto os restantes passarão para a situação de desempregados.

Maurício Rodrigues assegurou que o novo sindicato, que pretende estabelecer relações com os seus congéneres europeus, "irá pedir de imediato audiências aos ministros do Trabalho e Segurança Social e da Justiça".

Num comunicado emitido na sexta-feira passada, a Ordem dos Notários alegava que o Governo pretende aprovar o fim da escritura pública nas transacções imobiliárias, medida que considerava "profundamente gravosa".

"A Ordem dos Notários teve conhecimento de que o Governo se prepara para entregar aos advogados e solicitadores também as transacções imobiliárias. Ou seja, acabar com a obrigação das escrituras públicas para compra e venda de imóveis", refere em comunicado a Ordem dos Notários, para quem tal iniciativa "coloca em risco a segurança jurídica dos cidadãos e do notariado em Portugal".

A Ordem dos Notários, que tem como bastonário Joaquim Barata Lopes, diz que o diploma já foi aprovado na generalidade em Conselho de Ministros, aguardando apenas aprovação na especialidade.

A propósito do alegado fim da escritura pública nas transacções imobiliárias, o Ministério da Justiça veio esclarecer que "é prematura a referência a qualquer solução concreta" a adoptar futuramente.

"No que respeita às medidas de simplificação sobre a compra e venda de imóveis, importa referir que em breve será remetido para um processo de audições, designadamente da Ordem dos Notários, um diploma que procede à simplificação transversal dos procedimentos do registo predial e dos actos conexos, pelo que é prematura a referência a qualquer solução concreta que venha a ser adoptada", refere um esclarecimento do Ministério da Justiça (MJ) anteriormente divulgado.

ARA/FC.

Lusa/Fim